

Relatório da CPI da Asefe fica para próxima semana

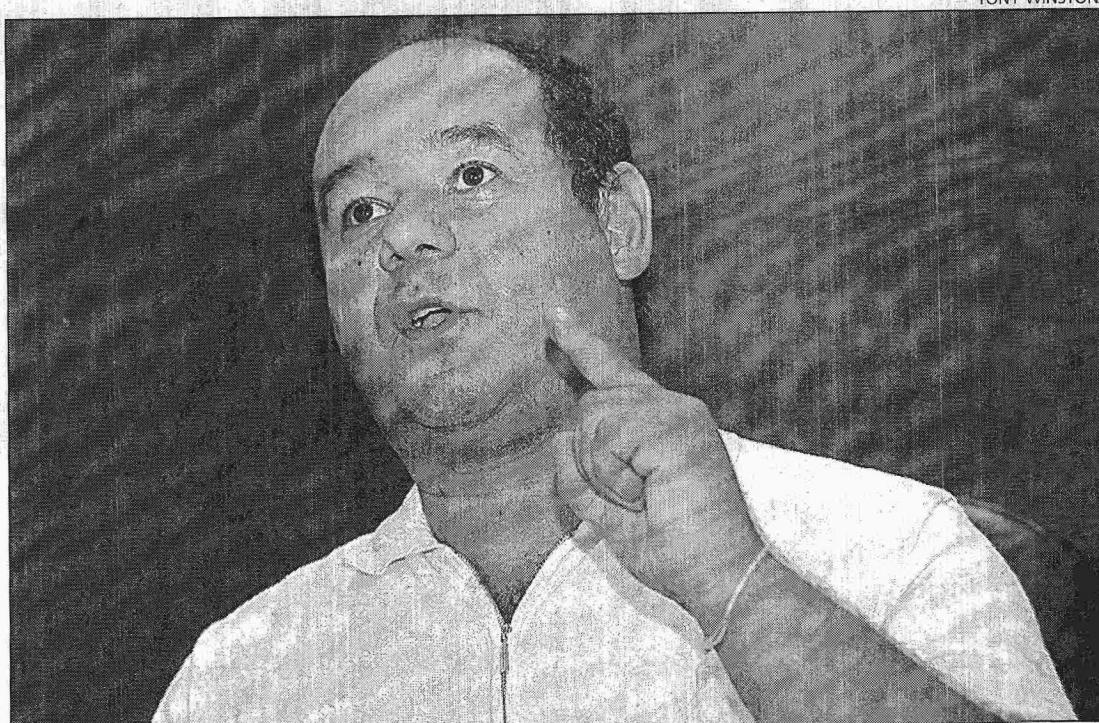
**ANILCÉIA MACHADO
PEDE MAIS DIAS
PARA CONCLUIR SEU
TRABALHO. PRAZO
ORIGINAL SE
ENCERRA AMANHÃ**

Áureo Germano

O relatório final da CPI da Câmara Legislativa que investiga o destino dos recursos desviados da Associação de Assistência aos Servidores da Fundação Educacional do DF (Asefe) só deverá ser entregue na próxima semana. O prazo oficial se encerra amanhã.

A relatora, a deputada distrital Anilcéia Machado (PSDB), vai pedir ao presidente da comissão, deputado João de Deus (PPB), mais alguns dias para a conclusão do relatório. A deputada está em João Pessoa (PB) e só deverá retornar a Brasília no domingo, segundo seus assessores.

A CPI foi instaurada há quase sete meses com base em denúncias feitas por Firmino Pereira do Nascimento Neto, ex-diretor financeiro da instituição, em fitas divulgadas pelo ex-sindicalista Marcos Pato e pelo atual diretor financeiro da entidade,



FIRMINO revelou suposto envolvimento de políticos em diversas irregularidades na Asefe

Jorge Eduardo de Miranda.

Nas gravações, o ex-diretor afirma que políticos do PCB, PCdoB, PT e PPS foram beneficiados pelos desvios na campanha política de 1998.

Na semana passada, integrantes da CPI afirmaram não haver provas suficientes contra os políticos acusados. Aliás, o relatório não pedirá o indiciamento de nenhum dos suspeitos no caso.



A comissão, porém, conseguiu comprovar que houve irregularidades na gestão e administração da empresa e desvios das verbas da entidade. Mas a investigação não conseguiu definir qual o valor total do prejuízo da empresa. Os atuais diretores da Asefe afirmam que esse rombo está estimado em quase R\$ 20 milhões.

De acordo com técnicos da Câmara Legislativa, o re-

latório final está quase pronto, em fase de montagem das peças. O documento será composto de outros sub-relatórios encaminhados à Câmara Legislativa pelos outros órgãos encarregados da investigação.

A 1ª DP e a Delegacia de Ordem Tributária (DOT), responsáveis por grande parte da investigação, já encaminharam documentos com o resultado da apuração. Depois de aprovado pela CPI, o relatório vai para o Ministério Público.